**A CONSTITUIÇÃO DA RETÓRICA DA PRÁXIS NA RELAÇÃO ENTRE A
RETÓRICA, A FILOSOFIA E O DIREITO, NO REALCE AO DISCURSO JUDICIAL E
NA VALORIZAÇÃO DO *ETHOS* DO ORADOR**

**LA COSTITUZIONE DELLA RETORICA DELLA PRAXIS NELLA RAPPORTO TRA
LA RETORICA, LA FILOSOFIA E IL DIRITTO, NELL'EVIDENZIA DELLO
DISCURSO GIUDIZIARIO E NELLA VALORIZZAZIONE DELLO *ETHOS*
DELL'ORATORE**

RESUMO

O objetivo é analisar a retórica jurídica de Cícero. Defende-se que o Arpinate construiu um paradigma original, ao unir a filosofia à retórica e ao direito, ao realçar o *ethos* individual do retor na construção dos argumentos do discurso e ao dar ênfase no discurso judicial. Oferece uma perspectiva política e jurídica à missão do retor na sociedade. A abordagem é feita conforme o modelo desenvolvido por João Maurício Adeodato. A retórica, como metódica, descreve as estratégias utilizadas por Cícero para mobilizar a opinião do auditório (retórica metodológica). Essas estratégias serão desenvolvidas à base do ambiente material em que o orador, o discurso e o auditório estão inseridos (retórica dos métodos).

Palavras-chave:

CÍCERO; RETÓRICA JURÍDICA; FILOSOFIA DO DIREITO

RIASSUNTO

L'obiettivo è analizzare la retorica giuridica di Cicerone. Si sostiene che l'Arpinate costruito un paradigma originale per mezzo della costituzione della retorica della praxis nella rapporto tra la retorica, la filosofia e il diritto, nell'evidenzia dello discorso giudiziario e nella valorizzazione dello *ethos* dell'oratore. Offre un punto di vista politico e giuridico alla missione del retore nella società. L'approccio è fatta secondo il modello sviluppato da João Maurício Adeodato. La retorica, come metodica, descrive le strategie utilizzate da Cicerone per mobilitare l'opinione

dell'auditório (retorica metodologica). Queste strategie saranno sviluppate sulla base dell'ambiente materiale in cui sono inseriti l'oratore, il discorso e l'auditório (retorica dei metodi).

Parole-chiave:

CICERONE; RETORICA GIURIDICA; FILOSOFIA DEL DIRITTO

Sumário: 1. Introdução: um novo enfoque sobre a retórica de Cícero a partir da intervenção do orador na realidade em que vive. 2. A concepção de uma totalidade física, ética e política na relação entre retórica, filosofia e direito. 3. O realce do discurso judicial e a tentativa de sua harmonia com a concepção de um discurso deliberativo e epidíctico. 4. O retor e o ethos como fonte de persuasão no direito: a centralização do ethos numa autoridade prévia do retor frente ao auditório. 5. Conclusão: a retórica e o caráter social e político do discurso jurídico

1. Introdução: um novo enfoque sobre a retórica de Cícero a partir da intervenção do orador na realidade em que vive

O presente artigo tem como objeto de estudo a retórica ciceroniana. Objetiva-se analisar a retórica de Cícero mediante uma visão dialética, contextualizada, no que diz respeito à sua efetividade no aperfeiçoamento de formas de controle social, político e jurídico. Entende-se que a efetividade do sistema jurídico não pode ser dissociada da ação prática do orador na sociedade e no Estado, como instrumento capaz de o auxiliar na universalização de ideias e na constituição retórica da proteção e reprodução das relações sociais. Destaca-se o tratamento mais positivo e sistemático que dá ao orador na retórica, traço do seu paradigma retórico estratégico.

Para efeitos metodológicos, entender-se-á por paradigma retórico estratégico um conjunto de técnicas discursivas, dotadas de estrutura própria e direcionado para a persuasão. O propósito é trabalhar os níveis da retórica desenvolvida por Cícero e sua importância para a construção da retórica jurídica. Esses níveis retóricos podem ser enquadrados dentro da metodologia proposta por Ottmar Ballweg e desenvolvida por João Maurício Adeodato.

A proposta de Adeodato para a retórica é bem abrangente, não se trata de vê-la como ornamentação ou mera estratégia de persuasão, mas como uma forma de abordagem de métodos e

de metodologias para a ação do homem, experimentada apenas linguisticamente, enquanto *doxa*, na realidade em que vive, o que vai além de Aristóteles. A linguagem, única realidade possível ao homem, força três níveis principais para a retórica: a retórica dos métodos, a retórica metodológica e a retórica metódica. O primeiro nível passa pela compreensão da retórica no ambiente humano, no caso, a descrição do contexto em que Cícero estava inserido. O segundo nível corresponde à necessidade do uso da retórica para a defesa de objetivos escolhidos pelo orador, o que equivale ao conteúdo ideológicos das teses do Arpinate. Já o terceiro nível passa pela compreensão dos mecanismos de desconstrução da retórica de segundo nível, resultado buscado pelo artigo. Para saber mais, remete-se o leitor para João Maurício Adeodato (2009b, p. 16, 17, 18-19, 20, 32, 40, 43, 45) (2011, p. 2-3, 5, 20, 42), Ottmar Ballweg (1991, p. 176-179), Hans Blumenberg (1999, p. 140) e Aristóteles (1998, I, 1354b, 1355a, 1355b, p. 46-47) (2011, I, 1355a20, p. 42).

A tese geral concebe que Cícero construiu um paradigma original, ao unir a filosofia à retórica e ao direito, ao realçar o *ethos* individual do retor na construção dos argumentos do discurso e ao dar ênfase no discurso judicial. Ele também utiliza a tópica para a universalização de ideias e oferece uma perspectiva política e jurídica à missão do retor na sociedade, direciona a retórica não só à persuasão, objetivamente, mas a fins eminentemente político-sociais e jurídicos, a partir de *topoi* concretos, perceptíveis por todo o corpo da sociedade, extraídos da realidade em que a mesma está inserida.

A partir da tese geral geram-se três sub-teses bases que vão, articuladamente, definir o que vem a ser a retórica da práxis. A primeira sub-tese base diz respeito à relação entre a retórica e a filosofia e o direito. A retórica da práxis tem fundo sofista e une a filosofia à retórica e ao direito como forma de garantir uma posição ativa ao orador. A segunda sub-tese base é relativa ao discurso judicial. A retórica da práxis indica que o lugar mais apropriado para a atuação do orador é o discurso judicial. A terceira sub-tese base trata do *ethos* do orador e desloca esse *ethos* do discurso para os atributos pessoais do retor.

Por fim, ao se defender que Cícero constituiu um paradigma retórico estratégico de controle jurídico e político, enfrentam-se três problematizações. Como unir, sofisticadamente, a retórica e a filosofia e o direito? O deslocamento do centro da retórica do discurso deliberativo ao judicial é conciliável, ao mesmo tempo, com uma perspectiva jurídica, social e política da retórica? A nova posição do *ethos* enfraquece o *logos* retórico e a argumentação judicial?

2. A concepção de uma totalidade física, ética e política na relação entre retórica, filosofia e direito

Neste tópico, o objetivo é tentar estabelecer os passos de Cícero na sua teoria da retórica da práxis que estabelecem a unidade com a filosofia e o direito e dão originalidade ao seu pensamento.

A abordagem é feita conforme o modelo desenvolvido por João Maurício Adeodato. A retórica, como metódica, descreve as estratégias utilizadas por Cícero para mobilizar a opinião do auditório (retórica metodológica). Essas estratégias serão desenvolvidas à base do ambiente material em que o orador, o discurso e o auditório estão inseridos (retórica dos métodos).

Não existe dúvida que Aristóteles empresta ação prática ao orador e que liga a filosofia e a retórica à defesa do Estado, entretanto, ao atacar os sofistas, coloca a filosofia acima da retórica (ARISTÓTELES, 2009, X, 1181a10-15, 1181b1, p. 317-318). Enquanto a filosofia se baseia num conhecimento universal que parte de proposições necessárias, a retórica se funda numa opinião baseada em premissas não necessárias (ARISTÓTELES, 2005, I, 88b30, 89b1, p. 309, 310).

Ao contrário, Cícero vai sustentar a unidade entre a retórica e a filosofia e o direito (PEREIRA, 2006, p. 129, 130, 132). A filosofia está unida à retórica, pois, sem a filosofia, não se pode discernir o gênero e a espécie de cada matéria, nem explicá-la pela acepção. Tampouco classificá-la, julgar o verdadeiro e o falso, nem perceber as conseqüências, identificar contradições e ambigüidades. Por outro lado, sem a retórica, a filosofia não consegue transmitir o conhecimento (CICERÓN, 2004, p. 32-33, 76-79), pois, além da arte militar, só a retórica pode ser objeto de honraria (CICERÓN, 1917, p. 215-216).

Na retórica da práxis, o orador não discrimina a filosofia, o direito e a política. A religião, a virtude, a nacionalidade, a sociedade e a moral são encaradas pelo orador como um todo harmonioso (VALENTE, 1984, p. 319, 321, 326).

É por isto que ele define o filósofo como aquele que conhece a natureza e as causas de todas as coisas divinas e humanas, bem como aquele que sabe conviver em sociedade. Denomina orador como aquele filósofo que possui abundância de idéias e boa dicção. Denomina filósofo como aquele orador que concilia a sabedoria com a retórica (VILLEY, 2005, p. 479). Busca-se o

orador sábio, pois se considera que o bom orador possui a ciência do filósofo (CICERÓN, 1943, p. 67, 247).

A explicação da unidade com o direito é pragmática. Conforme dito anteriormente, o Arpinate estrutura seu pensamento a partir de uma teoria do Estado. A preocupação aqui é com o dever do cidadão para com o próximo e à sociedade, o que leva à construção de uma moral prática e política. Esta moral política deve ensinar o dever, mas o dever presente, útil ao Estado e à sociedade (CÍCERO, 1999, p. 5).

Por isto, o mito do orador perfeito envolve a lealdade e a utilidade ao Estado, ou seja, uma função pública, jurídica, política, social, familiar, todas culminando no dever para com a manutenção das condições de existência e de vida da *Civitas* (VALENTE, 1984, p. 22-24, 116), o que só seria possível se o orador dominasse vastos assuntos de interesse social, o que o direito permitiria. Daí também que a filosofia tinha um papel pedagógico, pois era essencial na educação e formação do orador perfeito (ESTEVÃO, 2010, p. 78-79).

Prevalece a retórica dos métodos, pois Cícero começa a desenvolver a sua teoria retórica em cima da realidade romana, com o objetivo de que o orador possa influenciar esta. O orador deve atuar sobre a retórica dos métodos. O Arpinate vai apresentar uma descrição universal da história como se fosse a melhor descrição, a mais coerente com os interesses da aristocracia, classe social detentora do poder político do Estado romano.

O raciocínio de Cícero (1924a, p. 1, 2) é que os homens constituem a base do Estado e de que eles precisam se unir para garantir as condições da vida social. Essa congregação é estimulada por alguém ou por alguma força.

Conclui Cícero que no processo de formação do Estado concorreram dois fatores: a razão e a retórica. A razão não tem, por si mesma, a capacidade de persuadir o indivíduo sobre as verdades descobertas, ou seja, sobre os assuntos da sociedade e os valores sociais, o que exigiria a retórica para viabilizar a razão humana e a própria existência social do homem. Para tanto, a retórica, ao objetivar persuadir os homens a aceitarem as “verdades”, mesmo que prováveis, descobertas pela razão, precisa ser dotada de conhecimentos necessários à defesa da *Civitas*. A filosofia e a história permitiam justamente ao retor encontrar a utilidade humana universal para a defesa da união social (CÍCERO, 1999, p. 77, 80-81, 139).

Saliente-se que a filosofia, desde que em harmonia com o direito civil, dá legitimidade à persuasão no discurso, pois este perde toda a força persuasiva quando o orador não conhece a

matéria de que está tratando (CICERÓN, 1943, p. 13-14, 22). O orador precisa de uma instrução universal em ciências e artes, uma cultura geral (SÁNCHEZ, 2009). São esses os conhecimentos que enriquecem o argumento e dão força persuasiva ao discurso (ALBERTE GONZÁLEZ, 1987, p. 25). Como o próprio Cícero (1943, p. 22, 25) afirma, a retórica necessita de muita variedade de ciências e estudos. O Arpinate (1943, p. 13) diz: “Sem dúvida que é a eloquência algo mais do que imaginam os homens, e que requer muita variedade de ciências e estudos”. E mais: “Deve ser profundo o orador no conhecimento da antiguidade, e não desrespeitar as leis e o direito civil” (CICERÓN, 1943, p. 13-14).

A referência ao direito civil não é sem propósito, pois Cícero (1943, p. 59) (1999, p. 158) entendia que este permitia a conservação e perpetuação da igualdade e da justiça nas causas e negócios civis. A retórica se relacionava com o direito civil (ADOMEIT, 2000, p. 163, 192).

Ressalte-se que, em Roma, o direito tem grande ligação com a religião. A legitimidade do jurídico não vinha apenas do Estado, mas também do sagrado. Em virtude do seu caráter sagrado, o direito, enquanto ordem universal, não podia ser discutido. O próprio termo *ius* expressava a ideia de integridade e perfeição. O direito regulava a área de atividades e pretensões individuais ou coletivas, estabelecendo os deveres e as atribuições conforme o lugar que cada indivíduo ocupava na sociedade. O direito devia levar em consideração a ordem do mundo enquanto ordem superior (DAVIDSON, 2010).

A justiça e a injustiça provinham da contrariedade da ordem do universo, da natureza. Assim, toda lei que contrariar a natureza deve ser considerada ilegítima.

Essa ligação entre direito e sagrado acabava por retratar as ideias da aristocracia, para ajustar os interesses dessa classe ao cosmo. Isto dava legitimidade ao controle político, bem como o monopólio para a determinação da legitimidade das leis.

Entre o direito e o sagrado novamente aparece a tarefa da filosofia. O pensamento ciceroniano entende que a filosofia abrange três partes. A primeira refere-se aos segredos naturais. A segunda diz respeito à lógica. Já a terceira é relativa aos usos e costumes sociais. Cícero (1943, p. 27) entende que, embora o orador deva considerar as duas primeiras, é justamente sobre a última que o orador deve dar atenção especial.

Neste sentido, o orador deve se concentrar nos condicionantes históricos e materiais em que a sua sociedade se situa, pois é aqui que ele encontrará os fatores perceptíveis a todos os cidadãos, os quais serão utilizados para imprimir força persuasiva ao discurso. Para que o orador

possa influir nos destinos da sociedade, ele precisa utilizar um discurso fundamentado, saber os valores e o modo de comportamento dos homens no convívio social em que estão inseridos, bem como a mutação desses valores e comportamentos ao longo do processo histórico de evolução dos condicionantes históricos e materiais em que a sociedade está inserida. Quanto à natureza e à lógica, o orador poderá utilizá-las, mas deverá sempre situá-las à base do contexto em que está inserido (CICERÓN, 1943, p. 27, 190).

Vê-se que a retórica da práxis é uma retórica metodológica que atua sobre a retórica dos métodos. Existe uma preocupação de Cícero em inserir o orador no exercício do poder político estatal na sociedade e buscar a eficiência no uso deste poder político.

Entende que a grande tarefa da filosofia é estabelecer o fim do homem, este sendo alcançado mediante o critério da verdade e do fim dos bens, o que só será possível, inclusive, com a lógica. Daí a necessidade do orador também dominar este saber (CICERÓN, 1943, p. 11, 13).

Segundo o Arpinate, a filosofia podia fornecer uma certeza provável, lastreada na prova do senso comum e do consenso de todos os homens, na medida em que fornecia os critérios que permitiam alcançar essas certezas. Tal formulação ciceroniana era importante para a retórica por dois motivos. Em primeiro lugar, permitia que a retórica utilizasse critérios de verossimilhança, expondo bem os argumentos de forma articulada, conclusiva e universal. Em segundo lugar, atribuía à retórica um papel mais ativo no sistema jurídico-político.

Estes argumentos permitem a melhora da linguagem, possibilitando uma aplicação otimizada do direito na proteção e reprodução das relações sociais.

É mais precisamente na sua utilização na retórica que a lógica mostra relação com a reprodução das relações sociais. Permite uma linguagem jurídica articulada e conclusiva que procurasse inculcar nas camadas sociais a concepção do “fim do homem romano”.

Não se pode negar que tais formulações acabam por apresentar os interesses aristocráticos, relativos, como interesses universais de toda a sociedade.

Ora, Cícero (1943, p. 127, 131) vai sustentar que toda controvérsia se resolve a partir de princípios universais, sendo necessário reduzir os argumentos de proposições universais. São esses princípios universais que vão garantir a união social. Aqui, a retórica, com o aporte da filosofia, do direito, da ética, da política e da história, era também o vínculo racional que centrava o homem, associando os indivíduos entre si e os agregando na *Civitas* (CÍCERO, 1999, p. 27-28).

A tese defendida coloca o avanço de Cícero em relação à retórica de Aristóteles como formulações para uma retórica destinada à preservação de estruturas jurídicas e estatais de controle social. Assim, pode-se inferir que os tais princípios universais se ligam aos interesses do Estado aristocrático romano.

Com isto, reforça a unidade entre a retórica e a filosofia e o direito. Esse caráter complementar, como fica claro, só tem sentido, só se realiza, na defesa da *Civitas*, o que passa por dar uma função jurídica ao orador na defesa da sociedade civil e do Estado. Vê-se que a união entre a filosofia, o direito e a retórica tinha como intuito colocar a última como instrumento de ação do orador na sociedade (PLUTARCO, 2009). A seguinte passagem da obra de Cícero (2000, p. 115-116), intitulada *Bruto*, é emblemática a esse respeito: “[...] quando se lhe perguntou pela primeira qualidade do orador, respondeu que era a ação; em respeito à segunda e terceira qualidades, a resposta foi a mesma: a ação”.

O Arpinate (1943, p. 10-11), por tudo isto, vai defender a necessidade de uma profunda formação filosófica no orador e o distanciamento deste de excessos ornamentais no discurso, proclamando uma união das escolas dos retores com a academia filosófica. Observa-se isto pelo próprio Cícero (1943, p. 10): “[...] creio eu que a eloquência exige o concurso de todas as demais artes que os homens cultos possuem[...]”.

Não vai desprezar a contribuição de Aristóteles para a retórica. Muito pelo contrário, ele entende que a retórica é a única capaz de mover e persuadir (HADOT, 2004, p. 158). Entretanto, aproveitando a aproximação que Aristóteles (1998, I, 1369b, 1370a, p. 83) já fazia entre a retórica e a filosofia, vai criticar a rigidez ornamental do filósofo alheio à retórica (MORA, 2008).

Também direciona a contribuição retórica do Estagirita para a práxis (FURHMANN, 2006) (SILVEIRA, 2010). Agora, como já dito, a concepção ciceroniana da retórica, e sua ligação com a filosofia e o direito, põe esta a partir de uma teoria do Estado (VALENTE, 1984, p. 12, 13, 22, 24, 28), de um ponto de vista sócio-político (GARCIA, 1995, p. 421, 423) (VALVERDE, 2009), considerando sua relação com a sociedade. Talvez esta seja a principal diferença entre as concepções retóricas de Aristóteles e de Cícero. Enquanto Aristóteles (2009, I, 1101b30, p. 61) (1998, I, 1370a, 1371a, p. 86) tenta superar a ruptura realizada por Platão entre o saber e o dizer e colocar a retórica na perspectiva da linguagem racional humana, ao admitir que a retórica possa ser usada para o bem e para a ética, Cícero insere e politiza a retórica numa

concepção geral de sociedade e cultura, tendo função de controle jurídico e social e de agregação humana. Daí o primado ciceroniano da práxis sobre a teoria (BARILI, 1979, p. 41-42).

Para o artigo, essas ideias escondiam um real objetivo de manutenção de relações de dominação, o que só poderia ser assegurado se a retórica desse ao retor um papel ativo no processo jurídico e político, envolvendo a defesa da sociedade e da sua ordem jurídica, da essência do Estado romano e do sistema escravista (RIBEIRO, 1977, p. 135-138, 141).

A radicalização da luta social em Roma, verificada no final do período republicano, bem como o aprofundamento do dissenso entre os diversos extratos da aristocracia, sobretudo entre *nobilitas* e equestres, impunha a necessidade de aprimoramento na sociedade dos instrumentos de consenso. Isto não só para tentar disseminar a ideologia da aristocracia no seio da plebe, dos escravos e dos pequenos e médios proprietários de terras e escravos, mas, também, unificar a própria aristocracia ao redor dos fundamentos do sistema social, político e econômico. O uso da retórica aliada à filosofia era uma exigência da própria idéia de *humanitas*, pela qual o retor deveria ter consciência, mediante instrução e cultura, do seu papel na comunidade mediante a solidariedade com o outro e com a manutenção da ordem (MONTEAGUDO, 2008).

Para Cícero, a retórica é uma técnica que objetiva, por meio do discurso, a melhor argumentação para o melhor convencimento possível, em dado contexto. A retórica tem como origem a razão, a experiência e a história (CICERÓN, 2004, p. 83-84). Por isto, concebe a retórica como uma arte, pois a arte está na confluência do elemento racional da técnica abstrata com o elemento empírico da experiência e do exercício, tendo a retórica natureza histórica, variando no espaço-tempo (FURHMANN, 2006).

Apenas para corroborar a citada passagem, mencione-se ainda as seguintes linhas: “Parece-me que a sabedoria calada ou pobre de expressão, nunca conseguiu separar os homens subitamente de seus costumes e trazê-los ao novo estilo de vida” (CICERÓN, 1924a, p. 2).

O argumento ciceroniano, à base das condições romanas, acaba por se revelar como uma técnica jurídica discursiva, objetiva, destinada a assegurar os princípios fundamentais da sociedade romana.

O retor para Cícero era, antes de tudo, um político, no sentido de homem da *Civitas*, homem, cidadão, desempenhando sempre uma função na manutenção do *status quo* (AGUIRRE, 2009). Cícero supera a idéia de que a retórica está limitada apenas à manipulação da sintaxe e

estende a sintaxe à matéria, estabelecendo relações do homem com a coisa (BARILI, 1979, p. 44).

Mas, afinal, o que se quer dizer com a citação acima? Que o retor molde o discurso a partir de elementos concretos da realidade romana, direcionando-o à universalização das idéias úteis à ordem social.

A retórica da práxis de Cícero se revela na luta social pelo poder político em Roma. Tece várias orientações ao orador e o transforma num instrumento de defesa social, numa instituição da República romana. Adeodato (2011, cf.) está correto ao afirmar que a retórica estratégica encontra respaldo na conjuntura do exercício do poder, o que pode envolver desde acordos, passar pela projeção da autoridade perante o auditório indo até a ameaça de violência.

Ratificando: por isto, a retórica deve possibilitar um discurso jurídico objetivo, direcionado ao essencial e desprezando os detalhes. Deve levantar sempre, sobre as questões objetivas, as questões subjetivas e englobar toda a problemática da questão. A retórica deve conduzir o discurso jurídico sempre na aplicação de soluções racionais para problemas concretos e partir sempre da experiência cotidiana (MICHEL, 1961, p. 8).

Interessa estabelecer três linhas gerais da retórica ciceroniana. A primeira se refere à unidade entre a retórica, a filosofia e sua relação com o direito. A segunda diz respeito à importância do gênero judicial da retórica. Cícero considera que o discurso judicial é o melhor dos gêneros para a técnica retórica. A terceira afirma o *ethos* do orador. Cícero entende que o *ethos* deve ser projetado pela reputação do orador frente ao auditório. As linhas descritas forçam o orador a basear o discurso nos condicionantes históricos e materiais em que está inserido. Significa que o discurso deve ser montado a partir de *topoi* extraídos da realidade social, de forma a tornar o discurso mais perceptível e mais convincente ao auditório (CICERÓN, 1924d, p. 214-215, 221, 227-228). Cícero (1924d, p. 221) diz o que entende por *topoi*: “o tópico é o lugar fundado nas coisas que tem alguma relação com a que é objeto da controvérsia [...]”.

Para facilitar a compreensão, ilustra-se com as suas próprias palavras: “O conhecimento dos tópicos aproveita por tanto, não só aos oradores e filósofos, senão também aos juriconsultos, para mostrar riqueza de argumentos em suas consultas” (CICERÓN, 1924d, p. 228). Esta afirmação é suficiente não só para a sustentação do caráter complementar entre retórica e filosofia, mas também para sustentar que ele já visionava uma intersecção entre a retórica, a

filosofia e o direito. A invenção filosófica e jurídica e a invenção retórica se aproximam (ESTEVÃO, 2010, p. 79).

Assim, os *topoi* devem partir de percepções sensíveis e concretas dos cidadãos, facilmente identificáveis (CICERÓN, 1924d, p. 235), pois só deste modo a tópica pode possibilitar à retórica a generalização ao todo do corpo social romano da identidade da ordem social e política.

Isto posto, entende-se que, para o direito, Cícero se apresentou e tem se apresentado como uma forte presença influenciadora de novas abordagens, tanto na filosofia quanto na retórica, entre os estudiosos do assunto e entre os que provocam reflexões nessa época de modernidade e suas crises, marcada por contradições político-sociais e econômicas sempre desafiadoras. Assim, é que, ao que parece, a perspectiva retórica, neste trabalho, foge de qualquer ontologia, de qualquer busca por uma verdade absoluta. Ressalte-se que essa negação da ontologia se consegue, segundo João Maurício Adeodato, com argumentos persuasivos sobre os diversos lados contraditórios, para concluir pela relativização da verdade dos argumentos (ADEODATO, 2009a, p. 381, 382). É o que se denomina de consenso circunstancial (ADEODATO, 2009a, p. 356-357), o que não deixa de refletir o essencial do pensamento ciceroniano, afinal, de base eclética.

3. O realce do discurso judicial e a tentativa de sua harmonia com a concepção de um discurso deliberativo e epidíctico

O artigo concebe que a construção do paradigma retórico de Cícero vai se dar a partir do sistema retórico de Aristóteles. Preserva a base deste, na sua estrutura fundamental, mas aprimora-a. Este aprimoramento representa a unidade entre a filosofia, a retórica e direito, o fortalecimento do *ethos* do orador e o realce ao discurso judicial.

Entende-se que a sua retórica conseguiu uma originalidade em relação a de Aristóteles, mediante uma reinterpretação da retórica material, ao desenvolver estratégias voltadas à função política e jurídica ativa do sujeito retor na sociedade e para a consecução dos fins do Estado romano.

Cícero mantém os gêneros retóricos aristotélicos na sua retórica, concebe a existência de um discurso judicial, um discurso deliberativo e um discurso epidíctico nos moldes aristotélicos,

conforme já visto neste trabalho. Entretanto, vai dar grande realce ao discurso judicial. É por isto que valoriza os oradores forenses e submete o gênero deliberativo ao gênero judicial (NÚÑEZ, 2000, p. 19, 23).

A retórica ciceroniana advoga um discurso jurídico claro, objetivo, baseado sempre no essencial e no desprezo aos detalhes (CICERÓN, 2004, p. 62, 35-36). Deve-se sempre, com base nas questões objetivas específicas, levantar as questões subjetivas correlatas e procurar englobar toda a problematização da questão.

Por exemplo, procura-se, a partir de questões subjetivas (a defesa da República e seus aliados), justificar a “guerra de conquista” e as instituições romanas perante os seus cidadãos e os povos conquistados, utilizando *topoi* (“interesse da República”, “glória do povo romano”, “salvação de vossos aliados”), com o objetivo de apresentar o interesse de uma camada social, a aristocracia, como sendo um interesse universal, de toda a sociedade. Tudo à base de questões objetivas (paz, bens dos cidadãos, preservação das riquezas). Nota-se que o objetivo da técnica retórica, ao discutir as questões subjetivas à base das questões objetivas, é justamente amplificar o efeito persuasivo do discurso sobre as mesmas questões subjetivas.

Cícero se guia pela utilidade dos argumentos. A isso vai acrescentar a ideia da não prejudicialidade da argumentação adotada. Ou seja, mais importante que a vitória numa causa é não prejudicar a pessoa que se defende (CICERÓN, 1943, p. 177-179). Daí que o Arpinate sustenta que o fim do discurso judicial é a equidade, mas não a equidade dada por si mesma, mas aquela construída na erística, ou seja, no debate de posições contrárias. O retor deve sustentar que a sua posição é mais equânime que a do adversário. Esta é uma preocupação que todo retor deve ter. O domínio do direito civil, pelo orador, é uma exigência decorrente da relevância que Cícero dá ao discurso judicial, visto que, se este se funda na equidade e esta permite a compreensão do que seja reto, verdadeiro, justo, bom e recíproco, é o direito civil que institui dogmaticamente a equidade. Nestas condições, a equidade aparece como o fundamento de um meta direito, direito natural e orienta como o homem deve proteger/reproduzir leis e costumes (CICERÓN, 1924c, p. 262-263, 270).

Quando procura fundar o gênero judicial na equidade e no direito civil e natural, Cícero está preocupado com o consenso. Em algumas passagens da sua obra *Topicos a Cayo Trebacio* isto fica implícito. Afirma que as questões se dividem em acusação e defesa. Na defesa, o defensor vai contestar várias coisas, sendo uma delas o que é legítimo. O que é legítimo para ele

é próprio do discurso judicial. Mas, para Cícero, quando se discute honestidade, utilidade e equidade está se discutindo direito. Logo, todo o problema da justiça, injustiça, ordem e desordem no discurso judicial é um problema de consenso (CICERÓN, 1924d, p. 36, 37).

A ênfase no gênero judicial da retórica tinha uma razão de ser: a retórica da práxis se projetava sobre o contexto social, econômico, político e histórico em que a sociedade romana estava inserida, para desenvolver estratégias de persuasão e influir na vida da sociedade. A retórica da práxis foi pensada por Cícero para justificar as instituições republicanas, mas o ordenamento jurídico também tinha que proteger as instituições vigentes (RIBEIRO, 1977, p. 135-138, 141). A retórica tinha que canalizar o discurso jurídico para incutir a ordem social, econômica e política no seio da sociedade romana. À retórica cabia, a partir do real, universalizar o modo republicano como um paradigma geral da sociedade.

Para tanto, o discurso judicial devia ser conduzido pela retórica sempre na aplicação de soluções racionais para problemas concretos, as primeiras unidas a uma reflexão geral e ao exercício desinteressado do juízo. Cícero (1952, p. 86, 88-91) enumera várias situações em que o retor deve se basear para retirar argumentos para o discurso judicial: a amizade, a paixão, o resultado do fato, a honra, a geografia, os antepassados históricos, etc.

Ressalte-se que os argumentos concernentes mais diretamente à situação do ataque e da defesa, ambiente próprio do gênero judicial da retórica, centrados nos condicionantes históricos e materiais em que os acontecimentos se deram, devem ser colocados principalmente na parte da confirmação da disposição, pois, aqui, o objetivo é fazer as provas da argumentação e amplificar o efeito persuasivo dos argumentos mediante o recurso do *ethos* e do *pathos* (CICERÓN, 1952, p. 93-94). Como será sustentado no próximo ponto, Cícero dará grande relevo ao *ethos* no discurso judicial, o que representa uma ruptura com Aristóteles, visto que este atribui maior força ao *ethos* no gênero demonstrativo. O Estagirita (2011, I, 1365b25, p. 78-79) (2009, I, 1094b1-5, 1094b10, p. 38, 39) afirma a supremacia do discurso deliberativo sobre todos os outros, pois a atividade de persuasão principal deve envolver o modo de realizar o poder político estatal.

Na situação descrita, a invenção dos argumentos implica em grande nível teórico do orador, por um dado aparentemente simples: o retor para desqualificar as posições do adversário deve acumular a maior quantidade possível de objeções ao ataque e à defesa. Multiplicam-se assim as questões na causa de forma a exaurir o adversário (CICERÓN, 1952, p. 96, 112).

Isto implica também em se fazer valer as regras aplicadas ao gênero deliberativo, pois o retor vai construir um discurso destinado a envolver o auditório na questão da honra, da utilidade e do interesse social e do Estado. Das questões individuais, parte-se para as questões coletivas, universais, pela qual o retor vai emitir um parecer (CICERÓN, 1924c, p. 112-113).

Cícero aproxima o gênero judicial do deliberativo, pois ele vê uma zona de contato entre ambos. Enquanto o gênero deliberativo se volta para a utilidade, o gênero judicial se volta para a justiça. Entretanto, como já visto anteriormente, entende que o que é justo é útil. Embora a teleologia dos gêneros retóricos seja diferente entre si, forçando a adoção de regras diferentes de construção de argumentos, na prática as regras do gênero judicial podem ser aplicadas a todos os demais gêneros, principalmente o gênero deliberativo (CICERÓN, 1952, p. 112-113).

O discurso judicial implica uma abordagem de todas as formas persuasivas que podem influir no poder político, tais como interesse, utilidade, honra, virtude, justiça, direito natural, direito consuetudinário e religião (CICERÓN, 1952, p. 112-113).

Esta abordagem acaba por levar o retor à filosofia e ao direito, pois fica impossível construir argumentos e detectar lugares comuns sem o domínio de bases políticas, jurídicas e filosóficas. Encontra-se outra explicação porque Cícero dá tanta ênfase ao discurso judicial. É só no discurso judicial que se pode achar o retor perfeito, aquele que não só concilia a retórica com a filosofia, mas entende que o substrato das relações humanas não pode ser alcançado sem uma ordem justa. Uma ordem justa é precisamente um ordenamento jurídico que realize e mantenha o homem em conformidade com a natureza. Por isto, o orador perfeito concilia a retórica com a filosofia e com o direito (CICERÓN, 2004, p. 43-45, 50, 51, 77-78) (SILVEIRA, 2010).

No pensamento ciceroniano a questão da forma como o Estado se manifesta na sociedade, ou, para alguns, a forma de governo, adquire grande relevância para a retórica, pois a retórica da práxis de Cícero é marcada pela preocupação em salvar o Estado aristocrático e justificar suas instituições e a tradição romana.

Cícero coloca a retórica da práxis numa perspectiva política, concebendo-a, também, para persuadir os cidadãos romanos a participarem ativamente na vida pública, na suposição de que a vida política é a mais alta expressão da realização humana e que os estadistas orientam os cidadãos para a promulgação das leis e ao desenvolvimento e consolidação dos bons costumes. Assim, à retórica cabe a função de auxiliar na idealização do Estado como uma forma imperfeita

da divindade de Deus e que a ordem social da *Civitas* merece ser mantida como uma instituição sagrada (CÍCERO, 1967, p. 2) (GARCIA, 1995, p. 421, 423).

É por tudo isto que Cícero vai dar realce ao gênero judicial, ao conceber que o homem deve abandonar qualquer atitude antijurídica e se unir a outros para usufruir vantagens, para chegar a um acordo comum a respeito da lei e dos direitos subjetivos.

4. O retor e o *ethos* como fonte de persuasão no direito: a centralização do *ethos* numa autoridade prévia do retor frente ao auditório

Cícero segue um caminho diferente de Aristóteles para tratar do *ethos* na retórica da práxis. Para o Estagirita (2011, I, 1356a10, p. 45) a persuasão do *ethos* decorre do próprio discurso e passa a impressão de autenticidade sobre aquilo de que se fala. Aristóteles entende que o *ethos* é projetado pelo orador no auditório, deve ser feito pelo discurso e dispensa qualquer recurso a uma autoridade ou reputação prévia. Quer que o *logos* capte o *ethos* e o projete perante o auditório (BORGES, 2010).

Entretanto, Cícero centra o *ethos* numa autoridade prévia do retor frente ao auditório e liga com mais força o *ethos* com o *pathos*. O seu objetivo é gerar emoções amenas no auditório de forma a persuadi-lo em relação ao discurso. Tenta inserir o *ethos* à base da realidade romana. Por que isto? Porque, no fundo, a busca pelo *ethos*, para o Arpinate, tinha uma razão dada nos condicionantes históricos e materiais em que Roma estava inserida.

Mais uma vez, a sua retórica da práxis, retórica estratégica que é, retira seus mecanismos de influência nas decisões da retórica material.

Caminha-se no seguinte raciocínio. Independentemente das naturais divergências sobre a fundação de Roma, o Estado romano encontra no desenvolvimento da propriedade agrária e no aumento das trocas entre os romanos e outros povos as condições concretas para a sua plena evolução (PETIT, 2005, p. 18-20) (GONÇALVES, 2002, p. 15) (NÓBREGA, 1959, p. 30-35).

Em Roma, o modo de produção escravista aparece na passagem das sociedades primitivas europeias para a sociedade de classes. O que caracterizava o seu modo de produção, como escravista, era o fato de o escravo ser a principal força de trabalho, em qualquer meio de produção daquela sociedade. Por isso, o escravismo era a atividade fundamental produtora da maior parte da riqueza social (ANDERSON, 1982, p. 20-21). O objeto da sociedade escravista

romana era a riqueza suplementar produzida pelo trabalho dos escravos, apropriada pela aristocracia e assegurada mediante a utilização, em larga escala, da mesma força de trabalho num sistema de cooperação simples. A lei econômica fundamental do escravismo era, justamente, a produção desta riqueza suplementar para os grandes proprietários de terras e escravos, mediante a exploração dessa mão-de-obra escrava. No fundo, resultava uma apropriação indébita do capital produzido pelo escravo (ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS, 1961, p. 36). Ademais, a precariedade das técnicas de produção e a baixa produtividade do trabalho humano conduziram a uma extensividade da economia escravista. Por isso, o aumento da produção dependia necessariamente do aumento do número de escravos. A concentração de grande número de escravos, terras e meios de manufatura nas mãos da aristocracia, possibilitou a utilização da cooperação simples e em larga escala dessa modalidade de trabalho e fez surgir grande massa de homens livres. Daí a uma ruptura entre trabalho manual e trabalho intelectual.

É desta forma que se sedimenta um novo modo de produção, o escravista, abrindo-se as mais amplas possibilidades para o desenvolvimento das forças produtivas e da divisão da produção, com a especialização da produção agrícola e manufatureira.

É justamente sobre este novo processo de produção que se vai erigir, em Roma, toda uma forma de consciência social, de conteúdo escravagista, segundo a qual a emancipação do homem só se realizaria com a sua emancipação do trabalho. Entende-se que o pensamento jurídico de Cícero, particularmente sua retórica aplicada ao direito vigente, é fruto desta consciência social e se constitui no próprio conteúdo da retórica romana.

A retórica aplicada ao direito desenvolveu função relevante. Coube também a ela modelar o novo ordenamento jurídico que ia se constituindo. Objetivava envolver todo o território conquistado, dando-lhe unidade política centralizada e hierarquizada, para justificar a guerra de conquista e as instituições de Roma perante seus cidadãos e os povos conquistados.

Ressalte-se que Cícero (1922, p. 278-281) via, como indispensável à defesa e à conservação das camadas mais abastadas da população, que sua argumentação apresentasse os interesses dessas camadas como interesses de todo o Estado. Cabia à aristocracia o privilégio de organizar e reger o Estado. Entre os estratos da aristocracia, defendia ele que a transformação política e econômica só poderia ser levada a efeito pela ordem equestre. Isto não quer dizer que rejeitasse ou se opusesse aos nobilitas. Propugnava a constituição de um pacto que unificasse política e ideologicamente a aristocracia e tivesse por vanguarda a ordem equestre. A sua

preocupação, no uso da retórica, foi a persuasão da população à base de elementos reais que ressaltassem a tradição, os costumes ancestrais e o *status quo*, para garantir a manutenção da própria República, como forma de governo aristocrático.

Neste contexto, o *ethos* era muito influenciado pela retórica material. Pesava a defesa dos fundamentos da sociedade e do Estado.

A influência da infraestrutura social referida sobre o *ethos* era revelada por três valores sociais, adiante examinados. São os seguintes: o *mos maiorum*, a *auctoritas* e a *gratia*.

O *mos maiorum* se refere aos costumes romanos, às tradições acumuladas desde a fundação de Roma em 750 a.C. Não era uma lei formal, mas estava posto formalmente na jurisprudência romana como um conceito vago e emocional. O *mos maiorum* constituía uma espécie de ética, com grande poder persuasivo. Corresponde à moral tradicional romana (LIMA, 2010, p. 94). Em vários dos seus discursos vai invocar os costumes romanos e associar esses a si mesmo e aos grandes líderes da aristocracia, como Pompeu e Cipião (CICERÓN, 1917c, p. 497-498) (CICERÓN, 1917f, p. 367, 377-378) (CICERÓN, 1917a, p. 346, 347) (CICERÓN, 1917b, p. 452, 460) (CICERÓN, 1917g, p. 13-14, 108, 107) (CICERÓN, 1958b, p. 91) (CICERÓN, 1958a, p. 113, 119) (CICERÓN, 1958c, p. 133) (CICERÓN, 1958d, p. 178-180) (CICERÓN, 1917e, p. 113-115).

A tradição funda a ética romana. A preocupação era com o Estado. Entende-se que isto permitia que a lógica e a própria filosofia fossem abordadas na perspectiva aristocrática, a partir do poder político estatal dessa camada da sociedade.

Este pensamento coloca a ética do ponto de vista da preservação da ordem política e social e contribui para que o homem possa viver segundo a razão e à natureza. A força dessa ética está na ação do homem na sociedade mediante a eleição da boa ou da má conduta mais conveniente à *civita*. Pode-se observar bem as seguintes palavras: “[...] mas, a virtude afirma-se por completo na prática, e seu melhor uso consiste em governar a República e converter em obras as palavras que se ouvem nas escolas” (CÍCERO, 1996, p. 10).

O caminho é o resgate da tradição. A tradição é o fundamento da ética romana e o conteúdo maior do direito em Roma (CÍCERO, 2004, p. 79). Mesmo durante a crise da República é na tradição, nos costumes romanos, que se busca a salvação do Estado (CÍCERO, 1996, p. 83).

Para Cícero, o respeito à tradição faz com que o critério da moralidade seja a conformação com a razão interior, individual. A moral é uma questão de decisão livre e

consciente. A natureza é constituída pela comunidade humana e a moralidade se define pela função de cada indivíduo na comunidade. A moralidade se une à utilidade, utilidade para a comunidade.

O Arpinate defende uma utilidade de caráter universal. As coisas úteis são consideradas indiferentes, mas convenientes quando procuradas com a consciência do dever. Esse “dever” é a ordem social, a conformação com o Estado, o que acabava legitimando os interesses da aristocracia.

Busca uma virtude da utilidade, baseada na razão prática, tornando dispensável uma compreensão profunda das leis do universo. É esta a base da virtude estóica em Cícero. Repita-se: a única virtude autêntica do homem é a utilidade, mas não qualquer utilidade; utilidade para o Estado romano, para a sociedade. O individual se realiza no coletivo, mas, na tese, sustenta-se, e Cícero vai deixar isto claro nos seus discursos, que esse coletivo se materializava na concretização dos interesses da aristocracia, dos melhores cidadãos, dos homens retos.

Em relação à *auctoritas*, esta não se baseia no *logos*. A sua problemática envolve a pessoa ou a coisa. A *autorictas* diz respeito à projeção da pessoa ou da coisa sobre o auditório. É um valor intrínseco que dispensa a persuasão pelo discurso, mas que dá muita força persuasiva a este. O Arpinate (1952, p. 156-159) frequentemente associa a *autorictas* à dignidade e honra da pessoa na sociedade.

Em que pesem vários fatores que colaboram para a projeção da *auctoritas* perante o auditório, como a idade, o poder aquisitivo, a competência profissional, a aparência física, acontecimentos futuros, como o crédito ou o débito, a virtude vai adquirir maior valor persuasivo e denotar *ethos* (CICERÓN, 1924, p. 229-230).

Entretanto, a preocupação era com o poder político do Estado, pois para o Arpinate (2004, p. 103) a virtude se funda também na obediência.

Na República romana, o centro da hierarquia era o Senado. O Senado, nos primeiros séculos da fundação de Roma, funcionava como um órgão consultivo, formado por membros da aristocracia (ALVES, 1995, p. 8-9) (LOPES, 2008, p. 30-31) (CICCO, 2007, p. 24). Com o advento da República, em 550 a.C., o Senado passa a ser o principal centro decisório do governo, definindo a política geral do Estado, a direção da política externa, a produção das leis e o controle sobre o funcionamento dos Comícios, via confirmação das leis aprovadas pelos mesmos. Os Decretos do Senado tinham caráter obrigatório (CÍCERO, 2004, p. 114). Também o Senado

cuidava das relações exteriores, administração das Províncias, tributação e da mediação de crises políticas internas (CICERÓN, 1922, p. 280-282) (MONTESQUIEU, 2002, p. 186) (POLÍBIO, 1985, p. 11-18). É por isto que, para Cícero (1919b, p. 232-233, 237), a ordem superior, na qual a *auctoritas* deveria se guiar, era o Senado, pois este era o lugar da aristocracia e só esta classe, podia garantir a estabilidade da República e manter a plebe em ordem.

Em relação à citação acima, por sanção dos patrícios, entenda-se vontade do Senado. Mas Cícero não deseja uma radicalização da luta social.

Ao atrelar a *auctoritas* à virtude e esta ao Estado, busca, em outras palavras, o aperfeiçoamento da sociedade romana via o aprimoramento das instituições políticas, mediante o estabelecimento do que viria a ser justiça e virtude, objetivando construir um consenso sobre um novo e duradouro pacto aristocrático. A esta constante preocupação a subsequente linha retrata: “A unidade do povo, pelo contrário, a do Senado, são coisas possíveis, e sua ausência acarreta todos os perigos. Pois bem: vemos que essa dupla concórdia não existe, e sabemos que ao restabelecê-la teríamos mais sabedoria e mais felicidade” (CÍCERO, 1996, p. 24). A ética só se realizava na aliança do cidadão com a ordem política e social.

Coloca, como dever da ética, a concretização das relações humanas e a unidade da sociedade, pela qual a imoralidade consiste em tudo o que é contra o Estado, a sociedade, o bem comum e os interesses dos homens. O que é melhor para a *Civitas* é útil ao homem (CÍCERO, 1999, p. 138-139).

Reconhece-se, então, que o *ethos* ciceroniano tem base na política, nas coisas do Estado, pois se concebe que o fundamento do Estado é o direito natural. O direito estatal passa a envolver regras e princípios com comandos calcados num valor universal. Politiza-se a moral. Ao proceder dessa forma, reduz a ética a uma ética política, vinculada ao Estado e ao social. Tal qual o homem de ação, o retor deve estar preocupado em reduzir o universal ao útil, respeitando as leis, os costumes e o próximo (CÍCERO, 1999, p. 70-71).

Quanto à *gratia*, era a influência do indivíduo nas relações sociais e nos órgãos estatais. Envolveria a amabilidade e constituía um dever de fazer o bem diante de uma benesse recebida. O indivíduo deveria praticar o bem pelo bem. A moral passa a ser encarada como um dever. A existência do Estado passava por este dever, tinha a ver com aquela condição geral de hospitalidade já referida na tese, sentimento de entrega à sociedade e à pátria, que conformava tudo.

Depois Cícero afirma a própria figura do orador mediante o realce das suas qualidades e feitos, mas de forma humilde, sem arrogância, buscando auxílio no auditório. Em contrapartida, também propõe a inversão desse método por meio de três técnicas. A primeira delas consiste em inculcar o ódio, a indignação e o desprezo, no auditório, ao caráter do adversário. A segunda se baseia no próprio auditório, exaltando tudo aquilo que denote coragem, sabedoria e generosidade por parte dos ouvintes. Já a terceira, se baseia nas próprias coisas, enaltecendo a obra do orador e desprezando a do adversário. Obviamente, o retor conseguia isto demonstrando os feitos históricos realizados por sua ação política e moral e pela probidade no trato com a coisa pública, o que tinha por requisito o exercício de cargos públicos.

Na retórica da práxis, a importância do *ethos*, no discurso, estava relacionada com a ação do retor. O Arpinate entende que, toda vez que o emprego do *pathos* não for possível ou não for conveniente, deve-se utilizar o *ethos* para despertar emoções mais fracas e a atenção do auditório, para os valores acima mencionados adquiridos pelo retor, ou seja: os feitos históricos realizados pelo orador, o exercício de cargos públicos, a lealdade ao Estado e o seu respeito aos costumes (CÍCERO, 2009, p. 227).

Como o uso do *ethos* está relacionado à ação, isto remete novamente aos estilos de discurso. Cícero vai conceber que é o estilo simples, realizado com harmonia e beleza, e a mobilização das emoções do auditório que vai permitir ao retor influenciar a população. Isto implica discursar ao mesmo tempo com agudeza, elegância e sobriedade. No primeiro caso, o orador deve necessariamente comover; no segundo, convenientemente deleitar; no terceiro, obrigatoriamente ensinar. Então, o bom orador deve saber bem comover, deleitar e ensinar (CICERÓN, 1924a, p. 17-18) (CICERÓN, 2004b, p. 35-37, 70-72, 156-159) (CICERÓN, 1924b, p. 277-278, 280). A este respeito, descreve-se o seu pensamento: “É eloquente o que é capaz de dizer as coisas naturais com simplicidade, coisas grandes com força, e as coisas intermediárias com tom médio” (CICERÓN, 2004, p. 70-71). E mais: “Eu não divido os oradores, busco o orador perfeito e a perfeição é um gênero só. [...] O melhor orador é o que ensina, deleita e comove os ouvintes” (CICERÓN, 1924b, p. 277).

Tudo isto significa dizer que Cícero, na formatação do discurso, vai se manter, em regra, fiel aos três estilos aristotélicos: o agudo (chamado de grave), o grave (chamado de simples) e o médio (de mesma nomenclatura por Cícero). Dará mais atenção ao estilo médio, este com a finalidade de agradar ao auditório (CICERÓN, 1924a, p. 17-18).

A força do *ethos* envolve moderação e está ligada justamente ao estilo médio. Cícero (2009, p. 227-228) confia tanto na força do *ethos* que ele considera que este elemento subjetivo do discurso deve estar presente a todo o momento e em todas as partes. O *ethos* deve estar presente em todo o discurso, isto é, na elocução, na ação e na invenção, mas deve ser usado de maneira branda, ténue, para que possa ter grande efeito persuasivo.

Como exemplo de estilo médio, segue este trecho: “Porém, como prudente, estima que as questões de direito aos Tribunais cabem julgá-las, não às armas resolvê-las, e, como perseverante, dos juízes espera uma vitória que não quer disputar pela força” (CICERÓN, 1917b, p. 138).

Observa-se que a estratégia de utilizar o *ethos* objetiva fortalecer o *logos* do discurso, pois reforça o caráter do orador perante o auditório e permite dar um “ar” preciso, claro e agradável ao discurso. O efeito é o de esconder do auditório possíveis falhas do orador. Ler, escrever, memorizar e falar são verbos que não podem estar desligados do conteúdo da oração e do *ethos* do orador. O mesmo se diga em relação às estratégias do discurso como, por exemplo, o emprego de palavras que indiquem exatamente o que querem significar e o conteúdo do discurso, a ausência de vocábulos, de expressões ambíguas e de períodos longos e a nacionalização da língua empregada.

O *ethos* se comunica bastante com o *pathos*. Tudo se resume a se tentar fortalecer o *logos* do discurso mediante a utilização de elementos irracionais. Então, esse conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório visa reforçar a argumentação racional. Altera-se o juízo de valor do homem, para mover o seu ânimo, seja ele, por exemplo, a cólera, o temor ou o patriotismo.

Defende que é possível fazer isto previamente, sem que o retor desenvolva esses sentimentos pelo discurso, valendo-se do *ethos* e despertando no ouvinte os mesmos sentimentos que deseja transmitir. Daí que o orador deve iniciar o discurso de forma suave e amena. Entretanto, uma vez conseguido isto, o orador deve passar a desenvolver um discurso veemente e arrebatador que envolva e ganhe o auditório à causa do orador.

5. Conclusão: a retórica e o caráter social e político do discurso jurídico

No artigo fica claro que Cícero constrói um paradigma retórico original, ao incorporar elementos da realidade na retórica e direcioná-la para a otimização da superestrutura ideológica do Estado. Na sua teoria, percebe-se que a retórica é colocada como instrumento capaz de auxiliar na universalização da ideologia dominante pelos mecanismos estatais.

O ponto central é a assunção de uma pretensão hegemônica para a função do orador na ordem jurídica, política e social como uma necessidade do contexto em que Roma estava inserida, caracterizado pela progressão da plebe rumo ao poder político.

Cícero tece três conjuntos de concepções (unidade entre filosofia, retórica e direito, proeminência do discurso judicial, valorização do *ethos* em atributos prévios do orador) que buscam transformar uma vontade determinada, a da aristocracia, que é quem tinha a pretensão de exercer a dominação, na vontade das camadas sociais subalternas em Roma. Mostra que é possível, a partir dos interesses de uma classe social específica, a utilização da retórica para galvanizar as reais aspirações dos outros grupamentos da sociedade, ao estabelecer quais pretensões devem ser legítimas e ilegítimas, justas e injustas, equiparando-as àquilo que é útil ao Estado e à sociedade e fundamental para a proteção/reprodução de relações sociais.

Na base disto está o processo histórico de evolução das leis objetivas de desenvolvimento do modo de produção escravista. As leis do desenvolvimento econômico são leis concretas que refletem os processos do desenvolvimento social e se realizam independentemente da vontade dos homens. Logo, essas leis não só determinam aspectos ou processos isolados do desenvolvimento da produção, mas todos os aspectos e processos mais importantes desse desenvolvimento, além dos fatores mais gerais da produção, a sua própria essência. Por outro lado, as contradições que se verificam no processo de produção de riqueza se irradiam na lógica do exercício do poder estatal e criam espaços para a atuação do orador. Como se tentou mostrar, essa realidade é inerente à formação da teoria retórica de Cícero. Atua sobre o seu pensamento como “a força da gravidade age sobre a terra”.

Cícero vê a retórica como desdobramento do exercício do poder político estatal. Em Aristóteles, tal qual a sua filosofia, a retórica é parte do exercício da ética.

Para Aristóteles, a busca por uma retórica ética, retórica do bem só é possível na perspectiva da inserção do orador nos assuntos do Estado. A retórica não é nem moral e nem imoral, contudo o seu uso pode ter uma inclinação para o mal ou para o bem. Defende que a retórica deve ser voltada para a boa conduta, no sentido de que não pode ser instrumento para a

indução ao erro e ao engano. A partir daí, o Estagirita passa a ordenar todos os procedimentos de persuasão e a separar os que teriam a ver com a boa retórica. Existe um conceitualismo que ajuda na justificação jurídica do Estado aristocrático, pois a boa retórica realiza a política.

Cícero aplica Aristóteles e passa a ver o orador como um sujeito ativo que sirva às aspirações políticas e econômicas dos interesses colocados na sociedade. Julga-se a retórica de Cícero como hegemônica, pois assenta-se na afirmação de um projeto jurídico-político amplo, que envolve a defesa dos interesses da aristocracia, da essência do Estado romano e do sistema escravista. Direciona a estratégia do orador à conservação da autoridade da aristocracia e à eliminação de toda causa de conflito. Cícero sustenta que o orador deve evitar a violência para ajudar a organizar bem o Estado, a começar pelos seus órgãos jurisdicionais. Só com o bom funcionamento das instituições republicanas, mediante um Estado eficiente, seria possível manter as conquistas da aristocracia e assegurar a tradição, a ordem jurídica e política, as terras e povos anexados a Roma.

A tese é acertada. Cícero constrói seu argumento de forma que a retórica acaba por persuadir e justificar, perante as classes submissas, a racionalidade intrínseca das instituições vigentes e de sua necessidade, para ocultar as suas contradições. Em coerência com o pensamento político de Aristóteles, o que estava por trás das teses de Cícero era o Estado aristocrático.

A retórica da práxis cumpre papel relevante na questão da hegemonia, visto que objetiva assegurar, num primeiro momento, a unidade do discurso e, num segundo, o seu direcionamento ao convencimento, em relação aos interesses do grupo dominante. Configura a estratégia para a realização da vontade deste grupo, como uma única vontade perante o Estado e a sociedade. Manipula-se a linguagem e se reforça o próprio poder político estatal. O objetivo era transformar o interesse particular em interesse universal. Na retórica da práxis a aristocracia se transforma num todo social porque absorve, num projeto totalizador, a vontade dos grupos subalternos, o que significa trabalhar e suscitar ideias que surjam nas camadas sociais não aristocráticas, mas que retratem a visão de mundo dominante.

Quando se fala em hegemonia quer dizer que a retórica da práxis manifesta a capacidade de conquistar o consenso e de formar uma base social ampla para a aristocracia, pois a ideia de Cícero de um orador perfeito passa pela operação sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e sobre os modos do conhecimento. Envolve a construção de uma visão de mundo e a hegemonia aparece quando essa visão é consolidada como opinião das outras camadas sociais. O

resultado é a despolitização dessas camadas em relação aos seus interesses, a politização diante dos interesses dominantes, a passividade e disseminação da ideologia estatal. No fundo, está a preocupação de Cícero de perpetuar a natureza da acumulação de riqueza em Roma, o que cabia principalmente ao ordenamento jurídico.

Os textos de Cícero deixam a entender que o quadro descrito sobre a sua época, a retórica material, era marcado por uma gama de insatisfações que se concretizavam em resistências às relações jurídicas disciplinadas pelo direito. O debate sobre a questão agrária, os distúrbios na Sicília com Catilina e a polêmica envolvendo o Tribunato da Plebe constituem exemplos. Como o direito regula a sociedade como um todo e impõe regras de conduta e modos de resolução de conflitos, com a finalidade de manter os fundamentos da sociedade, cabe também a ele resolver os litígios. Operava-se, com isto, um grave impasse: o acirramento das contradições sociais era tão forte que o direito não conseguia mais cumprir a sua função e o Estado, como maior interessado na regulação dos bens da vida e na resolução dos conflitos, não conseguia equacionar direitos, obrigações e expectativas, em relação aos bens da vida.

A sua retórica pode ser vista como uma construção de uma retórica prática, materializada por um cosmopolitismo e por um discurso jurídico direcionado à tradução da vontade social, no processo decisório jurídico-político na sociedade. A questão que se impõe é como operacionalizar isso. A tópica vai permitir que Cícero opere sobre a retórica material e associe a ideia de ética à de utilidade. Força a retórica à utilidade universal, mas na prática não é bem uma utilidade universal e sim uma utilidade relativa, pois a forma de construção dos *topoi* atende aos interesses que confluem para o Estado. Os *topos* em Cícero representam a chave que permite transformar um interesse relativo em universal. Se a retórica incorpora o valor da utilidade, ela pode conseguir fazer com que o orador colabore na hegemonia da aristocracia. A tópica permite que ideias centradas em formas jurídicas como a justiça, o costume, os negócios jurídicos, as decisões judiciais, a doutrina jurídica e a lei sejam universalizadas e, que se drenem as insatisfações sociais. As camadas sociais que não integram o que o Arpinate denomina de “melhores cidadãos”, têm seus interesses excluídos.

A retórica da práxis conduz o discurso jurídico a uma perspectiva teleológica, ou seja, de subordinar a persuasão aos fins das relações sociais. Ela constrói estratégias sobre versões de fatos com a tarefa de drenar as insatisfações nessas relações. É necessário, pois o ordenamento jurídico surge e amadurece à base das contradições presentes nos condicionantes históricos e

materiais da sociedade. Essas contradições “degeneram” permanentemente o sistema jurídico. Então, é sobre ele que a retórica da práxis atua para mascarar as “fissuras” e criar ilusões de justiça, bem comum, coletividade etc.

Por fim, as posições de Cícero indicam que a retórica também pode ser uma forma de transmitir ideologias de controle social. O caminho apontado por ele, em coerência com Aristóteles, mostra que a retórica passa pela interação homem/homem, homem/objeto, homem/objeto/homem, atinge a atividade persuasória e vai até o controle social. Aqui, a retórica da práxis envolve o pentágono interagir, persuadir, controlar, justificar, efetivar. É o reconhecimento jurídico à proteção/reprodução da relação social pela retórica, que rejeita qualquer atitude contemplativa, anti-social, anti-política, anti-ideológica e anti-Republicana à retórica. Em qualquer situação, independentemente do conteúdo do discurso, a retórica deve ser voltada para a transformação da realidade. Ela é parte integrante da esfera jurídica.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. **Manual de economia política da Academia de Ciências da URSS**. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

ADEODATO, João Maurício. **Ética e retórica**: para uma teoria da dogmática jurídica. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.a

_____. **A retórica constitucional** (sobre tolerância, direitos humanos e outros fundamentos éticos do direito positivo). São Paulo: Saraiva, 2009.b

_____. **Uma teoria da norma jurídica e do direito subjetivo**. São Paulo: Noeses, 2011.

ADOMEIT, Klaus. **Filosofia do direito e do Estado**. Por Alegre: SAFE, 2000, v.1.

AGUIRRE, Sebastián Antonio Contreras. **Cicerón**: retórica y filosofía moral. Verdad y argumentación jurídica en el *Orator Perfectus*. Disponível em: <<http://serbal.pntic.mec.es/~cmunoz11/contreras59.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2009.

ALBERTE GONZÁLEZ, A. **Cicerón ante la retórica**. Valladolid: [s.n.], 1987.

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito romano**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995, v.1.

ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. Lisboa: Afrontamento, 1982.

ARISTÓTELES. Analíticos posteriores. In: ARISTÓTELES. **Órganon**: Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofisticas. Bauru: EDIPRO, 2005, p. 251-347.

_____. **Ética a Nicômaco**. 3. ed. Bauru: EDIPRO, 2009.

_____. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998.

_____. **Retórica**. Madrid: Alianza Editorial, 2011.

BALLWEG, Ottmar. Retórica analítica e direito. In: **Revista brasileira de filosofia**. Tradução João Maurício Adeodato. São Paulo: IBF, 1991, v. XXXIX, p. 175-184.

BARILI, Renato. **Retórica**. Lisboa: Editorial Presença, 1979.

BLUMENBERG, Hans. **Paradigmas para uma metaforologia**. Madrid: Trotta, 2003.

BORGES, Marlene Lessa Vergílio. **A construção do *ethos* do orador no *Pro Milone* de Cícero**.

Disponível em:

<<http://www.letras.ufrj.br/proaera/revistas/index.php/codex/article/download/63/80#page=31>>.

Acesso em: 30 out. 2010.

CICCO, Cláudio de. **História do pensamento jurídico e da filosofia do direito**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CÍCERO. **Das leis**. São Paulo: Cultrix, 1967.

_____. **Dos deveres**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Da República**. Bauru: EDIPRO, 1996.

_____. Do orador. In: SCATOLIN, Adriano. **A invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23**". Tese de doutorado apresentada ao Programa de Letras Clássicas da Universidade de São Paulo-USP-FFLCH, São Paulo, 2009, p. 147-308.

_____. **Tratado das leis**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

CICERÓN, Marco Tulio. **Bruto**. Madrid: Alianza Editorial, 2000.

_____. De la Invenzione retórica. In: CICERÓN, Marco Tulio. **Obras completas de Marco Tulio Cicerón**. Madrid: Libreria de Pelardo, Paes e C^a, 1924, t. I, p. 1-106.a

_____. Del mejor género de oradores. In: CICERÓN, Marco Tulio. **Obras completas de Marco Tulio Cicerón**. Madrid: Libreria de Pelardo, Paes e C^a, 1924, t. I, p. 276-283.b

_____. **Diálogos del orador**. Buenos Aires: Emecé, 1943.

_____. Discurso dando gracias á César por la repatriación de Marcelo. *In*: CICERÓN, Marco Tulio. **Obras completas de Marco Tulio Cicerón**. Madrid: Librería de Pelardo, Paes e C^a, 1919, t. XVI, p. 361-375.a

_____. Discurso en defensa de A. Cluencio Avito. *In*: CICERÓN, Marco Tulio. **Obras completas de Marco Tulio Cicerón**. Madrid: Librería de Pelardo, Paes e C^a, 1917, t. XIII, p. 234-361.a

_____. Discurso en defensa de Aulio Cecina. *In*: CICERÓN, Marco Tulio. **Obras completas de Marco Tulio Cicerón**. Madrid: Librería de Pelardo, Paes e C^a, 1917, t. XIII, p. 138-194.b

_____. Discurso en defesã de Aulio Licinio Arquias. *In*: CICERÓN, Marco Tulio. **Discursos políticos y forenses**. Barcelona: Obras Maestras, 1958, p. 109-126.a

_____. Discurso en defesa de Cayo Rabirio. *In*: CICERÓN, Marco Tulio. **Discursos políticos y forenses**. Barcelona: Obras Maestras, 1958, p. 87-105.b

_____. Discurso en defensa de la Ley Manilia. *In*: CICERÓN, Marco Tulio. **Obras completas de Marco Tulio Cicerón**. Madrid: Librería de Pelardo, Paes e C^a, 1917, t. XIII, p. 195-233.c

_____. Discurso en defensa de Lucinio Murena. *In*: CICERÓN, Marco Tulio. **Obras completas de Marco Tulio Cicerón**. Madrid: Librería de Pelardo, Paes e C^a, 1917, t. XIV, p. 200-268.d

_____. Discurso en defensa de Marco Celio Rufo. *In*: CICERÓN, Marco Tulio. **Discursos políticos y forenses**. Barcelona: Obras Maestras, 1958, p. 129-166.c

_____. Discurso en defensa de P. Sextio. *In*: CICERÓN, Marco Tulio. **Obras completas de Marco Tulio Cicerón**. Madrid: Librería de Pelardo, Paes e C^a, 1919, t. XV, p. 149-240.b

_____. Discurso en favor de Marco Claudio Marcelo. *In*: CICERÓN, Marco Tulio. **Discursos políticos y forenses**. Barcelona: Obras Maestras, 1958, p. 169-181.d

_____. **El arte de la invención**. Buenos Aires: Editorial Tor, 1952.

_____. **El orador**. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

_____. Filípica sexta. *In*: CICERÓN, Marco Tulio. **Obras completas de Marco Tulio Cicerón**. Madrid: Librería de Pelardo, Paes e C^a, 1922, t. VII, p. 272-282.

_____. Particiones oratorias. *In*: CICERÓN, Marco Tulio. **Obras completas de Marco Tulio Cicerón**. Madrid: Librería de Pelardo, Paes e C^a, 1924, t. I, p. 238-273.c

_____. Primer discurso contra Lucio Catilina pronunciado en el Senado. *In*: CICERÓN, Marco Tulio. **Obras completas de Marco Tulio Cicerón**. Madrid: Libreria de Pelardo, Paes e C^a, 1917, t. XIV, p. 112-130.e

_____. Primer discurso sobre la Ley Agrária. *In*: CICERÓN, Marco Tulio. **Obras completas de Marco Tulio Cicerón**. Madrid: Libreria de Pelardo, Paes e C^a, 1917, t. XIII, p. 362-382.f

_____. Proceso de Verres: de los suplicios. *In*: CICERÓN, Marco Tulio. **Obras completas de Marco Tulio Cicerón**. Madrid: Libreria de Pelardo, Paes e C^a, 1917, t. XIII, p. 5-29.g

_____. Tópicos á Cayo Trebacio. *In*: CICERÓN, Marco Tulio. **Obras completas de Marco Tulio Cicerón**. Madrid: Libreria de los sucesores de Hernando, 1924, t. I, p. 212-236.d

DAVIDSON, Jorge. **De Cicerón a Apiano**: los conceptos de orden y desorden en la sociedad romana (siglos I a.C. y II d.C.) Disponível em: <

<http://www.gtantiga.net/textos/LIBROGALLEGOUBACYT.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2010.

ESTEVÃO, Roberto da Freiria. **A retórica no direito**: a lógica da argumentação jurídica e o uso da retórica na interpretação. São Paulo: Letras Jurídicas, 2010.

FURHMANN, Manfred. **Cicerón y la retórica**. Disponível em: <<https://dspace.unav.es/retrieve/1941/fuhrmann01.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2006.

GARCIA, Janete Mellaso. A economia das trocas lingüísticas, de Pierre Bourdieu e As Catilinárias, de L. Marcus Tullius Cícero. **Universa**, Brasília, v. 2, p. 419-427, out. 1995.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. Diversidade étnica no Império Romano: o caso dos bretões. **Revista Phoenix**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 15-23, 2002.

HADOT, Pierre. **O que é a filosofia antiga?** 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LIMA, Sidney Calheiros de. Cícero e a obra filosófica em latim como *munus rei publicae*. **Revista Nuntius Antiquus**, Belo Horizonte, n. 5, p. 92-110, 2010.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O direito na história**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MICHEL, Alain. Ciceron y el humanismo romano. **Armas y Letras**, Nuevo León, ano 04, p. 5-16, jul./sep., 1961.

MONTEAGUDO, Ricardo. **Filosofia e paradigma em Cícero**. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732002000100004>. Acesso em: 25 abr. 2008.

MONTESQUIEU. **O espírito das leis**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MORA, Carlos de Miguel. **En torno al orador: modernidad de Cicerón**. Disponível em: <<http://www2.dlc.ua.pt/classicos/Orator.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2008.

NÓBREGA, Vandick Londres da. **História e sistema do direito privado romano**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959.

NÚÑEZ, Manuel Mañas. Introducción. In: CICERÓN, Marco Tulio. **Bruto**. Madrid: Alianza Editorial, 2000, p. 7-45.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. **Estudos de história da cultura clássica** (I volume-cultura grega). 10 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

PETIT, Eugene. **Derecho romano**. 21. ed. México: Porrúa, 2005.

PLUTARCO. **Cícero, por Plutarco**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000006.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2009.

POLÍBIO. **História**. Brasília: UnB, 1985.

RIBEIRO, Daniel Valle. Cícero, o Senado e o fim da República romana. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 45, p. 125-143, jul. 1977.

SÁNCHEZ, Luis Ángel. **Retórica y Lingüística en el De Oratore de Cicerón**. Disponível em: <<http://investigadores.uncoma.edu.ar/cecym/ijj2004/Sanchez.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2009.

SILVEIRA, Cássio Rodrigo Paula. **Relendo Cícero: a formação do orador e sua inserção na política romana (século I a.C)**. Disponível em <http://www.ufg.br/this2/uploads/files/112/11_CassioSilveira_RelendoCiceroAFormacaoDo.pdf>. Acesso em 04 nov. 2010.

VALENTE, Milton. **A ética estoíca em Cícero**. Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

VALVERDE, José Manuel García. **Cicerón y la filosofía helenística** (algunas reflexiones sobre la originalidad y las fuentes del pensamiento ciceroniano). Disponível em: <<http://institucional.us.es/revistas/revistas/fragmentos/pdf/numeros/5/ART%204.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2009.

VILLEY, Michel. **A formação do pensamento jurídico moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.